



Ministério das Finanças

Direção Geral do Tesouro



Boletim Estatístico da Dívida Pública nº11

Praia,
abril de 2020

FICHA TÉCNICA

Propriedade

Ministério das Finanças

Edição

Direção Geral do Tesouro

Hernâni Trigueiros - Diretor-Geral do Tesouro

Coordenação

Ministério das Finanças / Direção Geral do Tesouro / Serviço de Operações Financeiras

Olavo Correia - Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças

Hernâni Trigueiros - Diretor-Geral do Tesouro

Malaquias Lopes - Diretor do Serviço de Operações Financeiras

Redação

Serviço de Operações Financeiras

Malaquias Lopes - Diretor do Serviço de Operações Financeiras

Marco Inocêncio - Técnico do Serviço de Operações Financeiras

Maria de Fátima Lopes - Técnica do Serviço de Operações Financeiras

Emanuel Moreira - Técnico Especialista

João Apolónio Furtado - Técnico Sénior

Maquetagem

Valdyr Ramos/MF/UTIC

Fotografia

Arquivo MF/ Internet

Periodicidade

Trimestral

Endereço

Ministério das Finanças

Direção Geral do Tesouro

Av. Amílcar Cabral, CP: 102

Tel.: +238 260 74 31 / Fax.: +238 261 58 44

Email: dgt.caboverde@mf.gov.cv

Ilha de Santiago, República de Cabo Verde

II - ENQUADRAMENTO

O Governo de Cabo Verde tem como meta importante da sua governação, garantir a credibilidade e a confiança junto dos parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde, a nível nacional e internacional. A publicação, numa base trimestral dos dados da dívida pública, enquadra-se nesta política no que se refere à transparência de gestão do património físico e financeiro do Estado.

O Boletim Estatístico (BE) da Dívida Pública da República de Cabo Verde surge neste contexto, com o objetivo principal de fornecer/divulgar informações estatísticas sobre o stock e fluxos da dívida pública.

A elaboração do BE enquadra-se nas recomendações e exigências de qualidade estatística emanadas das melhores práticas internacionais de gestão da dívida, recomendadas pelas instituições e organismos internacionais (ex: BM, FMI e UNCTAD). O mesmo é elaborado através de uma base de dados consistente, completa e precisa e constitui uma base de tomada de decisão assertiva e atempada no que tange à política de endividamento e de políticas correlativas com o endividamento do país.

Trata-se de um importante instrumento de acompanhamento da gestão da dívida pública que se destina aos principais intervenientes responsáveis pela gestão das Finanças Públicas, assim como às instituições financeiras nacionais e internacionais, parceiros de desenvolvimento, instituições universitárias, investigadores/académicos, contribuintes e público em geral.

A abrangência do BE refere-se à dívida do Governo Central e a fonte das informações divulgadas é o Ministério das Finanças.

O critério de classificação da dívida externa e interna é a da residência do credor e os valores nos quadros apresentados estão expressos em milhões de Escudos Cabo-Verdianos.

III - SIGLAS

ASA	Aeroportos e Segurança Aérea
BADEA	Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África
BAI	Banco Angolano de Investimento
BCA	Banco Comercial do Atlântico
BCV	Banco de Cabo Verde
BEI	Banco Europeu do Investimento
BIA	Banco Inter-Atlântico
BT	Bilhetes do Tesouro
BCN	Banco Cabo-verdiano de Negócios
CCV	Correios de Cabo Verde
CECV	Caixa Económica de Cabo Verde
DNP	Direcção Nacional do Planeamento
DNOCP	Direcção Nacional de Orçamento e Contabilidade Pública
DGT	Direcção Geral do Tesouro
FAD	Fundo Africano para o Desenvolvimento
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
Garantia	Companhia de seguros (privada nacional)
IDA	Agência Internacional do Desenvolvimento
IFH	Instituto do Fomento da Habitação (Imobiliária)
IMPAR	Seguradora (nacional)
INPS	Instituto Nacional da Previdência Social
MF	Ministério das Finanças
OGE	Orçamento Geral do Estado
OT	Obrigações do Tesouro
OTNS	Obrigações do Tesouro – Nova Série
PPIP	Programa Plurianual de Investimento Público
PROMOTORA	Sociedade de Capital de Risco (nacional)
TC	Tribunal de Contas

IV - QUADROS

IV.1 - DÍVIDA PÚBLICA TOTAL

IV.1.1 - Stock

IV.1.1.1 - Composição e Indicadores da Dívida Pública 4º Trimestre 2019 (em milhões CVE)

	4º Trimestre 2017	4º Trimestre 2018	4º Trimestre 2019
Saldo da Dívida Pública	218 961,9	229 008,4	242 355,0
<i>% do PIB</i>	126,3%	124,0%	123,7%
Dívida Externa	162 398,3	167 909,1	176 805,8
Dívida Interna	56 563,6	61 099,3	65 549,2
Total Desembolsos	22 480,9	22 878,8	24 823,0
<i>% do PIB</i>	13,0%	12,4%	12,7%
Dívida Externa	10 136,8	7 039,4	11 282,9
Dívida Interna (Emissão)	12 344,1	15 839,4	13 540,1
Total Serviço da Dívida	12 877,3	14 813,4	15 643,8
<i>% das Exportações</i>	6,4%	5,9%	6,5%
<i>% das Receitas do Estado</i>	26,0%	28,6%	25,0%
<i>% das Reservas Internacionais</i>	22,6%	25,4%	21,5%
Dívida Externa	5 002,7	5 307,0	6 458,9
Dívida Interna	7 874,6	9 506,4	9 185,0
Memória: PIB do ano	173 382,9	184 661,3	195 929,1
Exportações	77 599,0	90 436,5	99 288,5
Receitas do Estado	49 504,6	51 857,2	62 649,9
Reservas Internacionais	57 103,0	58 248,9	72 912,2

IV.2 - DÍVIDA EXTERNA

IV.2.1 - Stock

IV.2.1.1 - Stock da Dívida Pública Externa (em milhões CVE)

	4º Trimestre 2017	4º Trimestre 2018	4º Trimestre 2019	% do total 2019
Credores Oficiais				
<i>Multilateral</i>	73 341,3	77 436,9	85 815,9	48,5%
<i>Bilateral</i>	39 537,3	40 952,6	41 470,2	23,5%
<i>Comerciais</i>	49 519,7	49 519,7	49 519,7	28,0%
TOTAL	162 398,3	167 909,1	176 805,8	100,0%

IV.2.2 - Fluxos

IV.2.2.1 - Desembolso da Dívida Externa por Instrumento (em milhões CVE)

	4º Trimestre 2017	% do Total	4º Trimestre 2018	% do Total	4º Trimestre 2019	% do Total
Governo Central						
<i>Curto prazo</i>						
Empréstimos	0	0	0	0	0	0
<i>Longo prazo</i>						
Empréstimos	10 136,8	100%	7 039,4	100%	11 282,9	100%
TOTAL	10 136,8	100%	7 039,4	100%	11 282,9	100%

IV.2.2.2 - Desembolsos por Setor / Área Económica (em milhões CVE)

Sector/Área Económico	4º Trimestre de 2017	4º Trimestre de 2018	4º Trimestre de 2019	% do Total 2019
Agricultura	226,0	154,0	101,0	0,9%
Água e Saneamento	3 054,9	560,5	525,6	4,7%
Ajuda Orçamental	2 205,3	2 205,3	3 942,5	34,9%
Educação	415,3	38,5	99,7	0,9%
Tecnologia de Informação	1 120,8	939,5	550,3	4,9%
Infraestrutura Rodoviária	-	596,2	-	0,0%
Saúde	23,6	125,6	313,4	2,8%
Infraestrutura Aeroportuária	739,5	757,8	623,8	5,5%
Infraestrutura Portuária	225,8	87,8	61,9	0,5%
Economia	-	-	3 857,2	34,2%
Energia	623,2	1 108,2	291,7	2,6%
Habitação	1 224,9	-	-	0,0%
Luta contra pobreza	273,7	345,0	43,4	0,4%
Turismo e Transportes	-	94,0	857,5	7,6%
Pescas	3,8	27,24992506	14,86	0%
TOTAL	10 136,8	7 039,4	11 282,9	100%

IV.2.2.3 - Desembolsos por Credor (em milhões CVE)

	4º Trimestre de 2017		4º Trimestre de 2018		4º Trimestre de 2019		Variação 2018-2019	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Valor	%
Credores Oficiais								
<i>Multilateral</i>	3734,7	36,8%	5279,7	75,0%	10217,4	90,6%	4937,7	93,5%
FAD	33,4	0,3%	226,0	3,2%	0,1	0,0%	-225,8	-99,9%
BM/IDA	3,8	0,0%	717,4	10,2%	6566,4	58,2%	5849,1	815,4%
BM/IBRD	69,8	0,7%	65,8	0,9%	0,0	0,0%	-65,8	-100,0%
BADEA	325,3	3,2%	247,7	3,5%	232,6	2,1%	-15,1	-6,1%
BAD	3030,4	29,9%	3677,9	52,2%	3379,4	30,0%	-298,5	-8,1%
BEI	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
OPEC	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
FIDA	272,1	2,7%	345,0	4,9%	38,9	0,3%	-306,1	-88,7%
<i>Bilateral</i>	5177,1	51,1%	1759,7	25,0%	1065,4	9,4%	-694,2	-39,5%
China	1035,2	10,2%	157,4	2,2%	0,0	0,0%	-157,4	0,0%
Kuwait	232,1	2,3%	159,1	2,3%	71,2	0,6%	-88,0	-55%
Portugal	0,0	0,0%	67,3	1,0%	0,0	0,0%	-67,3	0,0%
Saudi Fund	206,8	2,0%	5,0	0,1%	0,0	0,0%	-5,0	0,0%
Abu Dhabi	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Belgica	0,0	0,0%	0,0	0,0%	242,3	2,1%	242,3	0,0%
Austria	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
ICO (Espanha)	225,8	2,2%	87,8	1,2%	61,9	0,5%	-25,9	-29,5%
Japão	541,8	5,3%	907,4	12,9%	333,5	3,0%	-574,0	-63%
AFD	2935,4	29,0%	375,7	5,3%	356,6	3,2%	-19,1	-5,1%
Credores Privados	1224,9	12,1%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
<i>Comerciais</i>	1224,9	12,1%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Banco Espírito Santo	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Caixa Geral de Depósitos	1224,9	12,1%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
KfW	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
BPI	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
TOTAL	10 136,82	100,0%	7 039,36	100,0%	11 282,89	100,0%	4 243,53	60,3%

IV.2.2.4 - Serviço da Dívida Externa do Governo Central por Categoria de Empréstimo e Tipo de Credor (em milhões CVE)

	4º Trimestre 2017			4º Trimestre 2018			4º Trimestre 2019		
	P	J/C	Total	P	J/C	Total	P	J/C	Total
Credores Oficiais									
<i>Multilateral</i>	2401,4	643,4	3044,8	2621,8	636,2	3258,0	3138,0	648,5	3786,5
BAD	419,3	16,4	435,7	501,5	26,9	528,4	825,1	47,5	872,6
BADEA	147,5	70,9	218,4	177,2	81,7	258,8	191,9	71,9	263,8
BEI	297,4	55,5	352,9	374,7	50,3	425,1	375,8	47,9	423,7
BIDC/CEDEAO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,4	1,8	10,3
BM/IBRD	172,8	35,6	208,4	176,1	45,4	221,6	177,3	32,9	210,3
BM/IDA	624,6	229,4	854,0	669,8	212,7	882,5	531,2	153,0	684,3
CEDEAO	37,3	51,8	89,0	84,7	46,8	131,5	117,8	58,9	176,7
FAD	377,3	107,2	484,5	316,1	100,9	416,9	362,1	93,3	455,4
FIDA	56,1	18,6	74,7	59,0	20,2	79,2	66,7	22,0	88,7
IDA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	256,1	83,4	339,5
NDF	11,1	1,4	12,5	11,1	1,2	12,3	11,2	1,2	12,5
NIF	19,6	0,7	20,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OPEC	238,3	56,1	294,4	251,5	50,0	301,5	214,3	34,5	248,8
<i>Bilateral</i>	810,9	335,3	1146,2	857,4	351,2	1208,7	1028,8	360,9	1389,7
AFD	73,5	33,1	106,6	73,5	43,3	116,8	73,4	45,7	119,2
AUSTRIA	53,0	20,7	73,6	50,2	22,5	72,7	53,0	18,9	71,9
Belgica	8,1	0,0	8,1	12,3	13,2	25,5	0,0	0,0	0,0
CHINA	199,1	53,7	252,8	186,9	62,4	249,4	198,8	66,9	265,8
FUNDO KUWAIT	75,1	20,1	95,1	88,6	26,6	115,2	96,0	29,1	125,1
FUNDO SAUDITA	19,9	20,9	40,7	0,0	21,7	21,7	24,0	14,9	38,9
ICO	119,7	14,7	134,4	94,3	17,4	111,7	221,9	17,9	239,8
JICA	0,0	19,3	19,3	114,7	18,6	133,2	122,5	19,2	141,7
PORTUGAL	262,5	152,8	415,4	237,0	125,5	362,4	239,2	148,2	387,4
Credores Privados	0,0	811,8	811,8	82,3	840,4	922,7	0,0	857,5	857,5
<i>Comerciais</i>	0,0	811,8	811,8	82,3	840,4	922,7	0,0	857,5	857,5
BPI	0,0	155,2	155,2	0,0	155,2	155,2	0,0	155,6	155,6
CGD	0,0	656,6	656,6	0,0	685,1	685,1	0,0	698,9	698,9
Rabo Bank	0,0	0,0	0,0	82,3	0,0	82,3	0,0	0,0	0,0
KBC Bank	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,9	2,9
TOTAL	3 212,2	1790,5	5 002,7	3 561,5	1 827,8	5 389,3	4 166,9	1 866,8	6 033,7

IV.2.2.5 - Fluxos e Transferências Líquidas da Dívida Externa do Governo Central por Categoria de Empréstimo e Tipo de Credor (em milhões CVE)

	Desembolsos em 4º Trimestre de 2019 (A)	Pagamento de Principal em 4º Trimestre de 2019 (B)	Fluxos líquidos em 4º Trimestre de 2019 (C=A-B)	Juros e Comissões em 4º Trimestre de 2019 (D)	Transferências líquidas em 4º Trimestre de E=(C-D)
Credores Oficiais					
Multilateral	10217,4	3138,0	7079,4	648,5	6430,9
BAD	3379,4	825,1	2554,2	47,5	2506,7
BADEA	232,6	191,9	40,7	71,9	-31,2
BEI	0,0	375,8	-375,8	47,9	-423,7
BIDC/CEDEAO	0,0	8,4	-8,4	1,8	-10,3
BM/IBRD	0,0	177,3	-177,3	32,9	-210,3
BM/IDA	6566,4	531,2	6035,2	153,0	5882,2
CEDEAO	0,0	117,8	-117,8	58,9	-176,7
FAD	0,1	362,1	-362,0	93,3	-455,3
FIDA	38,9	66,7	-27,9	22,0	-49,8
IDA	0,0	256,1	-256,1	83,4	-339,5
NDF	0,0	11,2	-11,2	1,2	-12,5
NTF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OPEC	0,0	214,3	-214,3	34,5	-248,8
Bilateral	1065,4	1028,8	36,6	360,9	-324,3
AFD	356,6	73,4	283,2	45,7	237,4
AUSTRIA	0,0	53,0	-53,0	18,9	-71,9
Belgica	242,3	0,0	242,3	0,0	242,3
Brasil	0,0	0,0	0,0		0,0
CHINA	0,0	198,8	-198,8	66,9	-265,8
FUNDO KUWAIT	71,2	96,0	-24,8	29,1	-53,9
FUNDO SAUDITA	0,0	24,0	-24,0	14,9	-38,9
ICO	61,9	221,9	-160,0	17,9	-177,9
JICA	333,5	122,5	211,0	19,2	191,8
PORTUGAL	0,0	239,2	-239,2	148,2	-387,4
Credores Privados	0,0	0,0	0,0	857,5	-857,5
Comerciais	0,0	0,0	0,0	857,5	-857,5
BPI	0,0	0,0	0,0	155,6	-155,6
CGD	0,0	0,0	0,0	698,9	-698,9
KBC Bank	0,0	0,0	0,0	2,9	-2,9
TOTAL	11 282,9	4 166,9	7 116,0	1 866,8	5 249,2

IV.3 - DÍVIDA INTERNA

IV.3.1 - Stock

IV.3.1.1 - Perfil de Vencimento da Dívida Interna do Governo Central (em milhões CVE)

	4º Trimestre 2017		4º Trimestre 2018		4º Trimestre 2019		2017/2018		2018/2019	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Curto Prazo	1 488,6	2,6%	1 293,4	2,1%	794,0	1,2%	-195,2	-	-499,3	-38,6%
<=3 Meses	-	0,0%	399,0	0,7%	-	0,0%	399,0	-	-399,0	-
>3 Meses <= 6 meses	299,0	0,5%	498,3	0,8%	398,0	0,6%	199,3	-	-100,3	-20,1%
>6 Meses <= 9 meses	694,5	1,2%	-	0,0%	-	0,0%	-694,5	-	-	0,0%
>9 Meses <= 12 meses	495,0	0,9%	396,0	0,6%	396,0	0,6%	-99,0	-	-	0,0%
Médio-Longo Prazo	53 012,2	94%	58 722,2	96,1%	63 722,9	97,2%	5 710,0	10,8%	5 000,7	8,5%
> 1 ano <= 3 anos	690,3	1,2%	1 096,1	1,8%	1 972,7	3,0%	405,8	58,8%	876,6	80,0%
>3 anos <= 5 anos	4 666,5	8,3%	4 294,6	7,0%	4 901,1	7,5%	-371,9	-8,0%	606,6	14,1%
> 5 anos <= 8 anos	30 145,7	53,3%	32 455,8	53,1%	35 167,3	53,7%	2 310,2	7,7%	2 711,5	8,4%
>8 anos <= 10 anos	15 839,7	28,0%	19 485,7	31,9%	20 571,7	31,4%	3 646,0	23,0%	1 086,0	5,6%
>10 anos <= 15 anos	550,0	1,0%	550,0	0,9%	550,0	0,8%	-	0,0%	-	0,0%
>15 anos	1 120,0	2,0%	840,0	1,4%	560,0	0,9%	-280,0	-25,0%	-280,0	-33,3%
Outros	2 062,8	3,6%	1 083,7	1,8%	1 032,4	1,6%	-979,1	-47,5%	-51,3	-4,7%
Outros Créditos	2 062,8	3,6%	1 083,7	1,8%	1 032,4	1,6%	-979,1	-47,5%	-51,3	-4,7%
TOTAL	56 563,6	100%	61 099,3	100%	65 549,4	100%	4 535,7	8,0%	4 450,1	7,3%

IV.3.2.1 - Movimentos em valor facial da Dívida Interna do Governo Central por Categoria de Empréstimos e Tipo de Instituição (em milhões CVE)

	Saldo 31/12/2018 (1)	Emissão/ Desembolsos		Vencimentos/ Reembolsos		Saldo Total 31/12/2019 (4) = (1+2-3)
		31/12/2019		31/12/2019		
		(2)	(3)	(2)	(3)	
SECTOR PÚBLICO						
Governo Central						
Sector Bancário	38 972,6	7 711,9	5 481,2			41 203,2
Sector Não Bancário	22 126,8	5 828,2	3 506,3			24 448,7
TOTAL	61 099,3	13 540,1	8 987,5			65 652,0

IV.3.2.2 - Pagamentos Planeados do Serviço da Dívida Interna do Governo Central por Grupo e Tipo de Instrumento (em milhões CVE)

	4º Trimestre 2017			4º Trimestre 2018			4º Trimestre 2019		
	Capital	Juros e Comissões	Total	Capital	Juros e Comissões	Total	Capital	Juros e Comissões	Total
TÍTULOS DE DÍVIDA									
Bilhetes de Tesouro	3 277,7	6,7	3 284,4	3 481,1	18,9	2 700,0	3 783,3	16,7	3 300,0
30-dias	-	-	-	-	-	-	499,6	0,4	-
90-dias	2 186,3	4,0	2 190,2	997,5	2,5	1 000,0	399,0	1,0	400,0
120-dias	-	-	-	299,0	1,0	-	1 295,7	4,3	1 300,0
180-dias	1 091,4	2,7	1 094,2	1 689,6	10,4	1 700,0	1 193,0	7,0	1 200,0
360-dias	-	-	-	495,0	5,0	-	396,0	4,0	400,0
Obrigações de Tesouro	5 470,7	2 679,4	8 085,1	6 213,8	2 731,9	8 919,9	4 975,4	2 965,9	7 915,5
2 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 anos	-	30,7	30,7	690,3	30,2	720,5	-	62,0	62,0
4 anos	1 550,7	85,5	1 636,2	508,2	34,0	542,2	300,0	43,8	343,8
5 anos	560,0	240,9	800,9	1 915,3	176,0	2 091,3	359,9	138,1	498,0
6 anos	950,0	409,2	1 359,2	990,0	389,1	1 379,1	1 270,5	386,0	1 656,5
7 anos	350,0	431,5	781,5	630,0	450,7	1 080,7	20,0	454,3	474,3
8 anos	1 500,0	740,8	2 240,8	830,0	785,6	1 615,6	1 900,0	894,1	2 794,1
9 anos	-	469,3	404,4	-	569,5	569,5	900,0	659,7	1 559,7
10 anos	-	240,6	240,6	650,0	271,0	921,0	225,0	302,1	527,1
11 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12 anos	-	25,8	25,8	-	25,8	-	-	25,8	-
>13 anos	280,0	2,5	282,5	-	-	-	-	-	-
TOTAL	8 748,4	2 686,1	11 369,5	9 695,0	2 750,8	11 619,9	8 758,8	2 982,6	11 215,5

IV.3.3 - Stock de Garantias e Avals em Finais 4º Trimestre 2019 (em milhões CVE)

Beneficiários	Stock da Dívida	% Total
Águas de Porto Novo	-	0,0%
Asa	-	0,0%
C. Municipal Porto Novo	63,0	0,4%
C. Municipal Santa Catarina	49,4	0,3%
C. Municipal São Vicente	176,3	1,1%
C. Municipal Paul	74,1	0,4%
Electra	4.762,6	28,6%
Enapor	99,2	0,6%
IFH	1.532,4	9,2%
TACV	4.204,8	25,2%
Cabo verde Fast Ferry	-	0,0%
Águas de Santiago	260,6	1,6%
CERMI	19,8	0,1%
Start-up Jovem	9,5	0,1%
NEWCO	4.194,7	25,1%
CV Telecom	1.233,1	7,4%
TOTAL	16.679,6	100%

V - GLOSSÁRIO

Dívida Pública

O termo “dívida pública” é utilizado frequentemente para designar realidades diversas de endividamento, nomeadamente, a dívida do Governo Central ou a dívida de todo o setor público administrativo, resultantes apenas do recurso a empréstimos públicos ou englobando também outras situações passivas, como por exemplo os que resultam do deferimento de pagamento de operações sobre bens e serviços, da retenção de cobranças efetuadas por conta de terceiros, de bonificação de taxas de juros e de avales e garantias concedidos e vencidos, entre outras situações.

Dívida do Governo Central (GC) - são operações de crédito assumidas diretamente pela Administração Central, englobando passivos resultantes de outras situações da responsabilidade direta do Governo Central.

Dívida Pública Interna

São operações de crédito do Estado realizadas no país e em moeda nacional. Podem ser detidas por investidores com residência no território nacional ou no estrangeiro. De se notar que as transações de crédito devem ocorrer no território nacional.

Dívida Externa

São créditos contraídos em divisas, junto de credores com residência no exterior.

Classificação da Dívida externa por tipo de credor

Multilateral – quando o credor é uma instituição de crédito internacional ou regional. A título de exemplo, o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento;

Bilateral – quando as transações de crédito ocorrem entre dois países ou instituições de créditos públicos. Por exemplo, empréstimos entre Portugal e Cabo Verde ou entre o Instituto de Crédito Oficial (ICO) de Espanha e a República Cabo Verde;

Comerciais – quando o credor é um banco comercial ou uma empresa privada.

Dívida Pública Externa

É a dívida externa do setor público.

Dívida externa do País

É a dívida externa do setor público acrescida da dívida externa do setor privado do país.

Dívida fundada

Instrumentos de Dívida de médio e longo prazos (maturidade superior a um ano). Por exemplo, Obrigações do Tesouro (OT); empréstimos contraídos com base em acordos/contratos (credor e devedor).

Dívida flutuante

Instrumentos de Dívida de curto prazo, com maturidades de até um ano, emitidos pelo Tesouro do Estado para cobrir as necessidades de tesouraria.

Serviço da Dívida

Pagamento de juros, comissões e capital para amortização da dívida.

Amortização - é o reembolso parcial ou total do capital em dívida;

Comissões - são custos cobrados pelos serviços de elaboração de contrato e de engagements assumidos pelo credor no âmbito do acordo de empréstimo.

Juros - é o custo da utilização do capital alheio, tipicamente expresso em percentagem. A taxa de juro pode ser fixa, o que significa que permanece constante durante a maturidade do empréstimo ou variável, quando flutua durante o período de amortização da dívida.

Período de carência - período em que o mutuário não faz o reembolso da dívida, pagando somente os juros ou em que pode capitalizá-los.

Desembolsos - A transferência real de recursos financeiros, ou de bens ou serviços feitos pelo mutuante ao mutuário em cumprimento de obrigações acordadas no âmbito da implementação de um projeto ou programa.

Tipos de desembolsos

Reembolsos - numa ação previamente concertada, o credor autoriza o mutuário a realizar certas despesas para depois fazer o reembolso do montante pago pelo mesmo;

Pagamento direto - mediante um pedido formal da parte do mutuário, o credor paga diretamente ao fornecedor por uma fatura de fornecimento de bens ou serviço devidamente certificada;

Conta especial - quando é aberta uma conta especial no Banco Central e o credor alimenta a mesma. O mutuário utiliza o montante e justifica a utilização da tranche anterior para poder aceder a outras tranches de desembolsos;

Garantia - nas operações em que se exige uma garantia bancária, no âmbito da implementação do projeto, objeto do contrato financiado com empréstimos externos, o credor assume esta despesa.

Capital/Stock da dívida

É o montante desembolsado pelo credor ao mutuário, no âmbito de um contrato de crédito, ainda não restituído/reembolsado;

Fórmula simples de calcular o Stock: Stock inicial + Desembolsos-pagamentos + residuais (dívida contingente vencida, atrasados, etc.) obs.: neste caso o stock é calculado na moeda de contratação.

Fluxo Líquido de um empréstimo

Desembolsos menos o pagamento de capital.

Atrasados

Serviço da dívida ou outras transações vencidas e não pagas.

Passivo Contingente

São obrigações que surgem de engajamentos diretos e/ou indiretos do Estado que poderão ocorrer ou não. Todavia, se se ocorrem, exige uma intervenção financeira imediata do Estado.

Passivo Contingente Explícito: são obrigações que decorrem de responsabilidades financeiras contratualizadas pelo Estado de uma forma direta, e que se elas forem acionadas, o Estado é chamado a honrá-las. Exemplo, avales concedidos às entidades públicas ou privadas;

Passivo Contingente Implícito: são obrigações que não decorrem de responsabilidades financeiras contratualizadas pelo Estado, mas que serão reconhecidas como tal, caso ocorrerem, exemplo: *default* contratual de uma entidade pública; ações de resgate e de recuperação de eventos de desastre; falência de alguma entidade Pública; custos provenientes de privatizações entre outros.

Alívio da Dívida

Diminuição do peso da dívida a país devedor através de reescalonamento ou por cancelamento parcial ou total do pagamento do serviço da dívida, mediante um acordo entre as partes envolvidas.

Reescalonamento da dívida

Renegociação do calendário de pagamento do serviço da dívida.

Sustentabilidade da dívida

O termo sustentabilidade da dívida é usado para designar a capacidade de um Estado de cobrir as suas responsabilidades contratuais, resultantes de acordo de empréstimo, sem pôr em causa a inteira estabilidade e a dinâmica da economia do país.

Análise de sustentabilidade

É um diagnóstico que se faz a um portfólio de dívida, num determinado período, para se concluir se esta é ou não sustentável. Mede o nível da dívida sobre o qual o país devedor é capaz de cumprir suas obrigações do serviço, presentes e futuros, sem recorrer a um alívio da dívida adicional ou reescalonamento da dívida ou acumulação de atrasos.

Títulos do Governo

Instrumentos Financeiros usados pelo Governo para obter fundos do mercado primário. Exemplo, bilhetes e obrigações do Tesouro.

Mercado Primário

O Mercado onde os investidores podem comprar primeiramente novos instrumentos financeiros emitidos.

Mercado Secundário

O Mercado onde os instrumentos financeiros são transacionados entre os detentores, e não diretamente com o emissor.



**Ministério
das Finanças**

Direção Geral do Tesouro

www.mf.gov.cv

email: dgt.caboverde@mf.gov.cv